



ESHOJE

25

ANOS DE
ESPÍRITO
SANTO

Fundado em 19 de julho de 2000
por Carlos Roberto Coutinho

Vitória, 6 de maio de 2026)) Ano XXV)) Nº 1293
Edição Gratuita Diário)) www.eshoje.com.br

/eshoje @eshoje eshoje eshoje

DIVULGAÇÃO

ARTIGO

Quando a Inteligência Artificial é usada para enganar e emburrecer)) 2



CULTURA

Casa Roxa Cultural na articulação de políticas sociais e culturais)) 4



DIVULGAÇÃO

ES luta no Supremo para manter receitas do petróleo

Governadores e procuradores do Espírito Santo e Rio de Janeiro iniciam ofensiva em Brasília para barrar o julgamento da Lei 12.734/2012, marcado para este 6 de maio)) 3

IMAGEM ILUSTRATIVA/ESHOJE



RODRIGO ALVES DE CARVALHO

Essa crônica não foi feita por I.A.

Nos últimos anos, muito se tem falado sobre a Inteligência Artificial e como as ferramentas disponíveis seriam úteis para diversos campos, seja profissional, artístico, entretenimento ou para pesquisas diversas.

Porém, atualmente, a Inteligência Artificial tem se tornado uma realidade, principalmente na criação de conteúdo, dando uma "mãozinha" para quem acaba tendo uns "brancos" criativos, seja na criação de textos, artes e até músicas.

Nada contra usar a I.A. para incrementar uma criação artística, criar uma arte ilustrativa, correção ortográfica etc., e até mesmo, quando usada para conteúdos artísticos específicos, como vídeos de velhinhas caindo de telhados, discos voadores pairando sobre

idades, políticos que se odeiam fazendo churrasco e jogando truco ou gatinhos dançando numa festa segurando um copo de bebida. Nestes casos, sabemos que se trata de I.A. e damos risadas.

O problema, e quando usam a ferramenta para enganar outras pessoas, principalmente, quando o enganado sou eu.

Como gosto de música, principalmente rock dos anos sessenta, setenta e oitenta, dia desses estava procurando no Youtube, bandas hippies, psicodélicas e progressivas dos

anos sessenta e setenta, e começou a aparecer dezenas de álbuns completos de bandas que eu nunca tinha ouvido falar. Passei a assistir os vídeos, e no começo achei muito interessante, se bem que, o som era bem característico de outras bandas mais conhecidas da época.

Após ouvir algumas bandas, procurar informações sobre elas, e não encontrar nada, comecei a perceber certas peculiaridades nas músicas e enfim, cheguei à conclusão que não passavam de criação feitas

por Inteligência Artificial.

Fui enganado!

Dessa feita, percebi que o Youtube está repleto de bandas "falsas", e tem músicas "falsas" tocando até no Spotify.

Como disse, nada contra as bandas e músicas criadas por I.A., mas é preciso avisar a gente, para não nos sentirmos enganados, achando se tratar da inventividade humana com inspiração e expiração, momento criativo, paixão, emoção, razão... e não um programa de computador!

Falando nisso, tenho que

confessar aqui.

Cheguei sim, a submeter um de meus poemas num serviço de Inteligência Artificial gratuito da Internet, que musicalizou a letra. Ficou muito bom!

Poderia ser meu ingresso para o cenário pop/rock brasileiro, mesmo que em parceria com a I.A. (tem muita gente fazendo isso).

Mas, decidi não divulgar. Estaria sendo hipócrita depois de tudo o que escrevi nesta crônica, que aliás, NÃO foi redigida por uma Inteligência Artificial.

PUBLICAÇÃO LEGAL

EDITAIS • COMUNICADOS • BALANÇOS • CONVENÇÕES • PRESTAÇÕES DE CONTAS



bianca@eshoje.com.br

D4Sign

BDC COMUNICACOES LTDA
23095061000130

Aplicado

ESHOJE QUARTA-FEIRA, 06 DE MAIO DE 2026 || WWW.ESHOJE.COM.BR || BIANCA@ESHOJE.COM.BR || ANUNCIE: (27) 2180-0678 PAG.1

COPYVIX IMÓVEIS S/A
CNPJ nº 13.854.973/0001-30

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da COPYVIX IMÓVEIS S/A ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 14/05/2026, às 9h, na sede social da Companhia, situada na Rua Fortunato Ramos, 30, sala 116, Ed Cima Center, Santa Lúcia, Vitória, ES, CEP 29.056-020, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

ORDEM DO DIA:

1. Deliberar sobre a Sucessão de Diretor Presidente;
2. Deliberar sobre a eleição de novo Diretor Presidente;
3. Outros assuntos de interesse da Companhia.

INSTRUÇÕES GERAIS:

Os acionistas poderão ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, nos termos da legislação aplicável. Em razão do falecimento do acionista **OCTAVIO DRUMOND DE MORAES**, titular de ações da Companhia, a presente convocação é também dirigida ao **ESPÓLIO DE OCTAVIO DRUMOND DE MORAES**, a ser representado por seu inventariante, caso já nomeado, ou por seus sucessores legais.

Vitória, 05/05/2026

RENATA CHAVES MENDES DE OLIVEIRA
Acionista

Publicação Legal

Meio Impresso e digital diários

Certificação Digital credenciada pelo ICP-Brasil

Atas, Licença Ambiental, Balanço, Edital e, Atos Oficiais

Contato Comercial
Bianca Coutinho
bianca@eshoje.com.br
27 2180-0678



D4Sign d05ddb99-1e96-4c7e-b708-d171d5295aed - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil



A opinião dos colunistas não reflete o posicionamento do veículo.

TIRAGEM: Publicação digital e impressa
CIRCULAÇÃO: Grande Vitória e digital
PERIODICIDADE: Semanal

Rua Carlos Lindenberg, 40. Ed San Gennaro, sala 201. Jardim Camburi. Vitória ES. Cep 29092-110 - Tel. 27 2180-0678
www.eshoje.com.br
redacao@eshoje.com.br

DIRETOR GERAL
Carlos Roberto Coutinho
carlos@eshoje.com.br

DIRETORA ADMINISTRATIVA
Bianca Coutinho
bianca@eshoje.com.br

DIRETORA DE REDAÇÃO
Danieleh Coutinho - MTB/ES 2694-JP
danihcourtinho@eshoje.com.br

PROJETO GRÁFICO
Renon Pena de Sá
www.ellaform.com.br

FOTOGRAFIAS
Arquivo
redacao@eshoje.com.br

DIAGRAMAÇÃO
Jeferson Louis - MTB/ES 3605/ES

REDAÇÃO
Giulia Reis
Mariana Cicilioti
Esthefany Mesquita
Thierry Khalil
Carolina Boueri
Giulia Reis
Karla Silveira

SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS:

/eshoje
 @eshoje
 eshoje
 eshoje

Espírito Santo na luta pelas receitas do petróleo

Alerta para queda na arrecadação que coloca em risco investimentos e o equilíbrio federativo

REDAÇÃO MULTIMÍDIA
jornalismo@eshoje.com.br

O Palácio Anchieta e a Procuradoria-Geral do Estado (PGE-ES) vivem dias de mobilização intensa em Brasília. Integrando uma "força-tarefa" que reúne as principais lideranças dos estados produtores, o Espírito Santo busca sensibilizar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para o impacto catastrófico que a redistribuição dos royalties do petróleo pode causar. O julgamento da Lei 12.734/2012, pautado para esta quinta-feira (6), é visto como o divisor de águas para o futuro fiscal do estado na próxima década. O argumento central defendido pela comitiva capixaba é que a lei aprovada há mais de dez anos ignora a realidade operacional e tributária da extração de petróleo.

Segundo dados do Executivo capixaba, a partilha atual não é um privilégio, mas uma compensação técnica necessária. Isso ocorre porque o ICMS incidente sobre o petróleo e seus derivados é recolhido no estado de destino (onde ocorre o consumo) e não na origem (onde ocorre a extração). Sem os royalties, o estado produtor arca com todos os custos ambientais, logísticos e sociais da atividade, mas fica sem a contrapartida tributária básica.

Desde 2013, a eficácia da nova lei de partilha está suspensa por uma liminar concedida pela ministra Cármen Lúcia. Durante esses 13 anos, o planejamento orçamentário do Espírito Santo foi estruturado sob essa segurança jurídica. A derrubada da liminar alteraria radicalmente as regras do jogo: hoje, estados

e municípios não produtores dividem 7,5% da arrecadação; com a nova lei, esse percentual saltaria para 49%.

Para o Espírito Santo, o resultado seria um "abismo" nas receitas correntes. Fontes do governo apontam que o impacto atingiria diretamente o Fundo de Previdência dos servidores estaduais, que depende substancialmente desses repasses para manter o pagamento de aposentados e pensionistas em dia. Além disso, fundos destinados à modernização da segurança pública e manutenção da rede estadual de ensino sofreriam cortes severos, reduzindo a capacidade do estado de reagir a crises sociais.

Especialistas em finanças públicas alertam que o Espírito Santo, embora tenha uma gestão fiscal sólida e reconhecida nacionalmente, não possui fontes alternativas imediatas para compensar perdas desta magnitude. O setor de petróleo e gás representa uma fatia considerável do Produto Interno Bruto (PIB) estadual e qualquer mudança na redistribuição afeta toda a cadeia produtiva, desde grandes fornecedores até o comércio local nas cidades portuárias.

BATALHA DE NARRATIVAS

A ofensiva desta semana incluiu audiências estratégicas com os ministros Luiz Fux e Cristiano Zanin. De um lado, estados como ES, Rio de Janeiro e São Paulo lutam pela sobrevivência econômica e pelo respeito aos contratos assinados. Do outro, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) lidera a pressão pela redistribuição imediata, sustentando que o petróleo é um "bem da União" e que seus frutos devem ser compartilhados igualmente com todas as cidades brasileiras, independentemente de onde o recurso é extraído.

Entretanto, os procuradores capixabas rebatem essa tese alegando que a lei viola o princípio do direito adquirido e a responsabilidade fiscal. "O Estado estruturou seu planejamento orçamentário com base nesses recursos por décadas. Mudar a regra de forma retroativa ou abrupta é ferir o pacto federativo e criar um desequilíbrio onde os estados produtores pagam a conta sozinhos pelos riscos da atividade", defendem os representantes jurídicos em suas peças entregues aos gabinetes dos ministros.



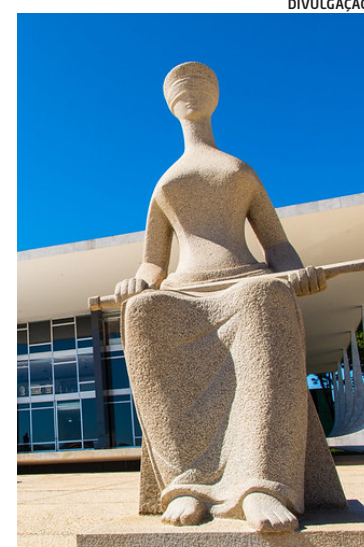
REPRODUÇÃO DA AGU

Sector de petróleo e gás representa fatia considerável do PIB do ES e a redistribuição pode ser risco

Cenário e transição

CASO O STF julgue a lei constitucional, o cenário não será de perda total imediata, mas de um declínio programado e doloroso. A legislação prevê um período de transição de sete anos, no qual os percentuais destinados aos estados produtores seriam reduzidos gradativamente. Contudo, para muitos municípios do litoral capixaba — como Presidente Kennedy, Itapemirim e Marataízes — que dependem das participações especiais para mais de 50% de seus investimentos em infraestrutura, a transição pode não ser suficiente para evitar o colapso de projetos de urbanização, saneamento e saúde pública que estão em pleno curso.

Além da questão financeira, há o temor jurídico de que uma decisão desfavorável abra precedentes para outras discussões sobre recursos naturais, desestabilizando a segurança jurídica para investimentos estrangeiros no setor de energia. A expectativa para a sessão de quinta-feira é de plenário lotado e debates acalorados entre os magistrados. Para o Espírito Santo, não se trata apenas de uma disputa por cifras bilionárias, mas da preservação de um modelo de desenvolvimento e da manutenção da capacidade de prestação de serviços públicos essenciais a milhões de capixabas.



DIVULGAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal decidirá riscos para os estados

“Mudar a regra de forma retroativa ou abrupta é ferir o pacto federativo e criar um desequilíbrio onde os estados produtores pagam a conta sozinhos pelos riscos da atividade”

Casa Roxa: projetos comunitárias e culturais

Com mais de 10 anos de atividade a produtora comunitária de Marataízes articula políticas sociais

REDAÇÃO MULTIMÍDIA
jornalismo@eshoje.com.br

A Casa Roxa Cultural, produtora comunitária sediada em Marataízes, no litoral sul do Espírito Santo, atua no desenvolvimento de projetos culturais, formativos e de articulação em diferentes territórios do estado. Com mais de dez anos de atividade, a iniciativa foi criada pelo educador e produtor cultural Guilherme Nascimento.

A produtora mantém uma sede física utilizada como base administrativa e de planejamento, enquanto a maior parte de suas ações ocorre de forma descentralizada, em comunidades, escolas, equipamentos públicos e espaços culturais.

Entre os projetos desenvolvidos estão o Podcast Orí, a webserie Tesouros em Rede, o Festival do Vale, o Acampamento de Axé, o Festival Cultura Urbana 028, a Semana +Visibilidade +Orgulho e o MarataRap Formativo. A produtora também realiza ações voltadas à memória cultural, como o Ponto de Memória na região da foz do Rio Itapemirim.

A atuação da Casa Roxa Cultural se estende a municípios co-

mo Linhares, Aracruz, Vila Velha e Cachoeiro de Itapemirim, com iniciativas articuladas a políticas públicas, centros de juventude e instituições culturais.

ES Hoje: Como a Casa Roxa Cultural organiza suas atividades nos territórios?

Guilherme Nascimento: A partir do diálogo direto com os territórios onde atua, valorizando os agentes comunitários, artistas locais e lideranças sociais. A metodologia é construída de forma participativa, com escuta ativa das demandas da comunidade e articulação com os sujeitos culturais do próprio território. As ações são pensadas coletivamente, integrando formação, produção artística e cidadania, garantindo pertencimento, protagonismo local e continuidade dos processos culturais.

Quais são principais projetos em desenvolvimento atualmente?

Iniciativas de caráter contínuo e anual, como a Semana +Visibilidade +Orgulho, voltada à valorização da diversidade e dos direitos da população LGBTQIA+; o Festival do Vale, dedicado aos povos ribeirinhos e às culturas tradicionais do território; e o Acampamento de Axé, focado nas culturas de matriz africana e nos saberes ancestrais. A produtora também atua no campo editorial, com novos projetos literários em desenvolvimento, incluindo a obra inédita Ma'at, de autoria de Guilherme Nascimento, fundador e gestor da Casa Roxa Cultural.

De que forma as parcerias institucionais viabilizam as ações da produtora?

São estruturadas a partir de um modelo que integra poder público, iniciativa privada e sociedade civil. A Casa Roxa acredita nesse tripé como estratégia fundamental para viabilizar e fortalecer suas ações. No setor público, a produtora atua em espaços de representatividade e decisão, como conselhos, fóruns e comissões, contribuindo diretamente na construção e qualificação das políticas culturais. No setor privado, desenvolve parcerias que valorizam e promovem marcas locais a partir da responsabilidade social corporativa, entendida como o compromisso das empresas com impactos sociais positivos nos territórios onde atuam. A Casa Roxa conecta essas marcas a projetos culturais



Situada em Marataízes, a Casa Roxa Cultural aposta na articulação a partir da escuta ativa da comunidade

de relevância, gerando visibilidade, fortalecimento institucional e retorno social.

Quais resultados a partir da participação em eventos nacionais e intercâmbios culturais?

Participação em eventos nacionais e intercâmbios culturais é estratégica para a Casa Roxa Cultural, pois permite valorizar o território de origem ao mesmo tempo em que o projeta para além das fronteiras geográficas. Experiências como a participação na ES Tour, maior evento de turismo do Espírito Santo, no MICBR, realizado em Belém do Pará com presença de público internacional, e em outros territórios do país, como a imersão cultural realizada recentemente na Amazônia, fortalecem a qualificação do fazer cultural da produtora, ampliando repertórios, metodologias e conexões. Esses processos

contribuem indiretamente para a criação e consolidação dos segmentos da Casa Roxa, como o editorial e o Vivências Culturais, além de fortalecer a credibilidade institucional, refletida em reconhecimentos municipais, estaduais e nacionais. Como desdobramento, a Casa Roxa amplia sua atuação formativa, capacitando agentes culturais em escrita criativa, elaboração de projetos, produção e gestão cultural, priorizando a geração de autonomia e renda nos territórios.

Como está estruturada a proposta do segmento Vivências Culturais.es?

É uma proposta de turismo de base comunitária que oferece experiências imersivas no território de Marataízes e do litoral sul capixaba, conectando visitantes à natureza, à cultura e aos modos de vida locais, ao mesmo tempo em

que promove a capacitação e o protagonismo de agentes comunitários, como pescadores, marisqueiras, agricultores e artesãos; a estrutura se baseia em vivências práticas e sensoriais, entre elas o passeio de barco pelo baixo Vale do Itapemirim, a canoagem ao pôr do sol em áreas de mangue e rio, a caminhada guiada nas falésias ao amanhecer, além de atividades na Lagoa do Siri, como banho e pedalinho aquático.

“ Poder público, iniciativa privada e sociedade civil: a Casa Roxa acredita nesse tripé para viabilizar e fortalecer suas ações”



“ As ações são pensadas coletivamente, integrando formação, produção artística e cidadania”